

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 37

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO PENAL

01. Assinale a opção **falsa**:

- a) o erro de tipo essencial exclui sempre o dolo, independentemente de ser evitável ou não;
- b) a teoria extremada do dolo situa o dolo no tipo e a consciência da ilicitude na culpabilidade;
- c) para a teoria extremada da culpabilidade o erro que recai sobre uma causa de justificação é erro de proibição;
- d) para a teoria limitada da culpabilidade, o erro que recai sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação é erro de tipo permissivo;
- e) o Código Penal Brasileiro ajusta-se à teoria limitada da culpabilidade.

02. Assinale a opção **correta**:

- a) se o agente já detinha a coisa e a partir de certo momento a torna sua, a hipótese é de furto simples, ausentes que se encontram as qualificadoras previstas no § 4º do artigo 155, do CP;
- b) as coisas sem dono (res nullius), as coisas voluntariamente abandonadas (res derelictae) e as coisas comuns (res communes) não podem ser objeto de furto;
- c) o furto praticado com destruição ou rompimento de obstáculo é qualificado, ainda que a ação seja exercida contra a própria coisa;
- d) considera-se "chave falsa", cujo emprego qualifica o crime de furto, qualquer instrumento, com ou sem formato de chave, capaz de fazer funcionar o mecanismo da fechadura;
- e) nenhuma das opções é correta.

03. Assinale a opção **correta**:

Em um processo de habilitação de casamento, o agente "A", que já era casado, pratica falsidade ideológica e consegue casar-se novamente. Sua responsabilidade penal será:

- a) pelos crimes de falsidade ideológica e bigamia, em concurso formal;
- b) pelo crime de falsidade ideológica;
- c) pelos crimes de falsidade ideológica e bigamia, em continuidade delitiva;

- d) pelo crime de bigamia, aplicando-se o princípio da consumção;
- e) pelo crime de falsidade ideológica, aplicando-se o princípio da consumção.

04. Considere os exemplos abaixo, em que o agente "A" - agindo sempre com animus necandi - decidiu empregar tortura para matar a vítima "B", assinalando em seguida a seqüência que classifica corretamente as condutas descritas:

- I) "A" espanca e tortura "B", mas é descoberto e preso, sendo "B" socorrido a tempo, o que evita a sua morte apesar das graves lesões por ele suportadas;
 - II) "A" apronta diversos instrumentos para torturar "B" até a morte, mas, calculando mal a força empregada e o local do corpo atingido, mata "B" com a primeira pancada;
 - III) "A" apronta os instrumentos para torturar "B" até a morte, mas, quando começa a torturá-lo, é descoberto e preso, logrando êxito em ocasionar-lhe apenas lesões leves, sem grande sofrimento.
- a) I: homicídio qualificado tentado / II: homicídio simples consumado / III: homicídio simples tentado;
 - b) I: homicídio qualificado tentado / II: homicídio simples consumado / III: homicídio qualificado tentado;
 - c) I: lesões corporais graves / II: homicídio qualificado consumado / III: lesões corporais leves;
 - d) I: homicídio qualificado tentado / II: homicídio qualificado consumado/ III: homicídio qualificado tentado;
 - e) I: homicídio qualificado tentado / II: homicídio qualificado tentado / III: homicídio qualificado tentado.

05. Considere as seguintes proposições:

- I - é indispensável que o objeto material do delito de receptação dolosa seja coisa produto de crime; não basta que seja produto de contravenção;
 - II - a nova redação dada ao caput do artigo 180 do CP pela Lei nº 9.426/96 deixou de incluir, na receptação imprópria, a conduta de influir para que terceiro, de boa-fé, conduza ou oculte o produto de origem criminosa;
 - III - tanto na receptação própria como na imprópria (1ª e 2ª partes do caput) não basta o dolo eventual, sendo indispensável o dolo direto: que o agente saiba (tenha ciência, certeza) da origem criminosa da coisa;
 - IV - no preceito primário da receptação culposa indicam-se quatro indícios objetivos que vinculam a presunção de culpa: a natureza da coisa; a desproporção entre o valor e o preço; a condição de quem oferece a coisa e a clandestinidade da atividade comercial.
- a) apenas a proposição III está correta;
 - b) apenas a proposição IV está incorreta;
 - c) somente as proposições I e III estão corretas;
 - d) somente as proposições I e II estão incorretas;
 - e) todas as proposições estão corretas.

06. Considere as seguintes proposições:

- I - o excesso é um instituto sem vida própria, e sem a preexistência de uma causa de exclusão de ilicitude é impossível seu aparecimento;
- II - apesar de todos os bens poderem ser protegidos pela legítima defesa, quando a lesão ao bem que se está protegendo for insignificante, se comparado com o resultado da reação, ocorrerá o que se denomina excesso na causa;
- III - o excesso que se verifica na conduta de quem age sob o manto da discriminante putativa tanto pode ser doloso como culposo;
- IV - é possível a ocorrência de legítima defesa contra o excesso de legítima defesa.

- a) apenas a proposição I está correta;
- b) apenas a proposição II está incorreta;
- c) somente as proposições III e IV estão corretas;
- d) apenas a proposição III está incorreta;
- e) todas as proposições estão corretas.

07. Assinale a opção correta:

- a) nos crimes tentados, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr no momento em que teve início a atividade criminosa;
- b) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo se constituem, em qualquer circunstância, efeitos da condenação nos crimes contra a administração pública;
- c) os crimes em que o Brasil, por tratado ou convenção, se obrigou a reprimir, embora cometidos no exterior, ficam sujeitos à lei brasileira somente se, como uma das condições, o agente estiver em território nacional;
- d) em todas as modalidades dos crimes contra a honra, a retratação cabal antes da sentença isenta o agente de pena;
- e) nos crimes contra os costumes, será extinta a punibilidade do agente, em qualquer hipótese, caso a vítima contraia núpcias com terceiro e não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 dias, a contar da celebração do casamento.

08. Sobre o concurso de pessoas, assinale a opção correta:

- a) comunicam-se as circunstâncias ou condições de caráter pessoal (subjetivas), salvo quando integrantes da figura típica;
- b) para que as circunstâncias objetivas se comuniquem é necessário que o participante delas tenha conhecimento ;
- c) as circunstâncias objetivas se comunicam mesmo quando o participante delas não tenha conhecimento;
- d) as circunstâncias objetivas nunca se comunicam;
- e) nenhuma das opções é correta.

09. Sobre os crimes comissivos por omissão, assinale a opção correta:

- a) por exigirem a ocorrência de um evento naturalístico, não admitem tentativa;
- b) nunca exigem a ocorrência de evento naturalístico para sua caracterização;
- c) o evento naturalístico é previsto exatamente pelo núcleo do tipo incriminador;
- d) para caracterizar o núcleo do tipo, necessária a violação ao dever de agir;
- e) descrevem relação de causalidade que observa os princípios da realidade física.

10. "A" desfeve um golpe de faca em "B", com o objetivo de matá-lo. No entanto, "B" sofre apenas lesões corporais leves, sendo transportado para o hospital em uma ambulância, que, no caminho, envolve-se em uma colisão, levando-o à morte em consequência do abaloamento. A responsabilidade penal de "A" será pelo crime de:

- a) tentativa de homicídio;
- b) lesões corporais seguidas de morte;
- c) homicídio preterdoloso;
- d) homicídio doloso;
- e) lesões corporais leves

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Assinale a opção **correta**:

Acusado de ter cometido crime de homicídio no dia 02 de janeiro de 1997, o réu **João Santos** foi denunciado e, posteriormente, pronunciado como incurso no artigo 121, caput, do Código Penal. Levado a julgamento perante o Primeiro Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte - MG, o Conselho de Sentença acolheu tese defensiva e operou a desclassificação para o delito previsto no artigo 129, parágrafo 3º, do Código Penal, que é punido com reclusão, de 04 (quatro) a 12 (doze) anos. Diante de tal veredicto, incumbe ao juiz presidente:

- a) determinar que os autos sejam redistribuídos para uma das Varas Criminais, competindo ao juiz singular correspondente decidir sobre a conveniência de se renovar a instrução criminal;
- b) determinar a remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal;
- c) promover a suspensão condicional do processo, em obediência ao artigo 89 da Lei nº 9.099/95, depois de colhida a proposta do Ministério Público e a concordância do réu;
- d) proferir sentença;
- e) dissolver o Conselho de Sentença e designar novo julgamento para o primeiro dia desimpedido da próxima reunião periódica do Primeiro Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte.

12. Assinale a opção **correta**:

Sobre o desaforamento do julgamento pelo júri, pode-se afirmar que:

- a) será deferido, excepcionalmente, pelo Tribunal de Apelação, quando o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do juiz de direito que preside o Tribunal do Júri da Comarca;
- b) será deferido, excepcionalmente, pelo juiz de direito, por conveniência da instrução criminal;
- c) configura hipótese de modificação da competência territorial por ato excepcional da Instância Superior, podendo ser decretada em decorrência de requerimento do Ministério Público, da Defesa ou através de representação do juiz de direito;
- d) será deferido, excepcionalmente, pelo Tribunal de Apelação, quando o julgamento não se realizar no período de um ano, contado do oferecimento do libelo, mesmo que para a demora haja concorrido o réu ou a defesa;
- e) será deferido pelo juiz de direito que preside o Tribunal do Júri, sempre que houver dúvida sobre a segurança do réu.

13. Funcionando como causa extintiva da punibilidade nos crimes de ação penal privada, é **incorreto** afirmar que:

- a) o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar;
- b) o perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais;
- c) o perdão poderá ser extraprocessual expresso;
- d) o perdão não poderá ser tácito;
- e) o perdão poderá ser aceito por curador nomeado pelo juiz, quando o querelado for mentalmente enfermo ou retardado mental e não tiver representante legal.

14. Sobre as regras que disciplinam a produção da prova testemunhal no processo penal, é **correto** afirmar que:

- a) o juiz, mesmo quando considerar necessário, não poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes;

- b) não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa;
- c) o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, mesmo quando inseparáveis da narrativa do fato;
- d) o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, vedando-se, também, qualquer consulta a apontamentos durante o ato de inquirição;
- e) a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou filho adotivo do ofendido, mesmo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

15. Assinale a opção correta:

São princípios consagrados pelo Código de Processo Penal Brasileiro, **exceto**:

- a) o princípio da fungibilidade dos recursos;
- b) o princípio do livre convencimento do juiz;
- c) o princípio da instrumentalidade das formas;
- d) o princípio da oficialidade;
- e) o princípio da identidade física do juiz.

16. Assinale a opção correta:

Será conferido efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito da decisão que:

- a) denegar a apelação ou a julgar deserta;
- b) anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;
- c) não receber a denúncia ou a queixa;
- d) incluir jurado na lista geral ou desta excluir;
- e) concluir pela incompetência do júízo.

17. Assinale a opção correta:

No julgamento das apelações, é defeso ao Tribunal, Câmara ou Turma:

- a) conceder, de ofício, ordem de habeas corpus;
- b) dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia;
- c) agravar a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença;
- d) reinquirir testemunhas;
- e) proceder a novo interrogatório do réu.

18. Assinale a opção correta:

Da decisão que obstar o seguimento do Recurso de Agravo, proferida pelo juiz da execução penal, caberá:

- a) carta testemunhável;
- b) recurso de apelação;
- c) embargos de declaração;
- d) correição parcial;
- e) recurso em sentido estrito.

19. Visando manter a ordem e a disciplina no âmbito carcerário, e observando-se, fielmente, as diretrizes traçadas pela Lei de Execução Penal, pode-se afirmar:

- a) que a autoridade administrativa, valendo-se do poder discricionário, poderá aplicar ao condenado a sanção que reputar conveniente, independentemente de o fato ser previamente considerado, por Lei ou Regulamento, como falta disciplinar;

- b) que a *cela escura* poderá ser empregada, excepcionalmente, como sanção disciplinar;
- c) que as *sanções coletivas* poderão ser aplicadas, desde que incertos os autores de infração disciplinar grave;
- d) que a tentativa será punida com a sanção correspondente à falta disciplinar consumada;
- e) que todas as opções são incorretas.

20. Pelas disposições constantes da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, é **incorreto** afirmar que:

- a) não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;
- b) a medida de interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, independentemente de requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público;
- c) será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando houver indícios razoáveis da autoria ou participação em delito punido, no máximo, com pena de detenção;
- d) a medida de interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, ainda que não superada a fase de investigação criminal;
- e) em caráter excepcional, a medida de interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, a requerimento verbal da autoridade policial ou do Ministério Público, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

DIREITO CIVIL

21. Assinalar a opção **incorreta**:

- a) disposição inserida em pacto antenupcial pode tornar comunicáveis os bens legados a um dos cônjuges, com cláusula de incomunicabilidade;
- b) disposição inserida em pacto antenupcial pode prever a existência de bens reservados para qualquer dos cônjuges, na constância de casamento celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens;
- c) as obrigações decorrentes de ato ilícito não se comunicam ao cônjuge do responsável, se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão universal de bens;
- d) as obrigações decorrentes de ato ilícito não se comunicam ao cônjuge do responsável, se o casamento foi celebrado sob o regime da comunhão parcial de bens;
- e) é nulo o pacto antenupcial celebrado por instrumento particular.

22. Assinalar a opção **incorreta**:

- a) o não exercício, pelo pai, do direito de visitas convencionado na separação judicial impede a transformação da separação em divórcio;
- b) o Juiz não está obrigado a acolher o pedido de divórcio direto consensual, se o pedido não preservar suficientemente o interesse de um dos cônjuges;
- c) o Juiz não está obrigado a acolher o pedido de divórcio direto consensual, se o pedido não preservar suficientemente o interesse dos filhos;
- d) a decretação do divórcio direto litigioso pressupõe a prova da separação de fato por período de tempo não inferior a dois anos;
- e) a sentença que decretar o divórcio direto litigioso pode determinar a realização da partilha após seu trânsito em julgado.

23. Assinalar a opção correta:

- a) cláusula que decorra necessariamente da natureza do direito a que acede não pode ser considerada condição;
- b) o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito;
- c) condição é a cláusula que subordina o ato jurídico a evento futuro e certo;
- d) a condição resolutiva, quando implementada, suspende os efeitos do ato jurídico a que acede, durante o tempo expressamente previsto pelas partes;
- e) a condição resolutiva, expressa ou tácita, só opera seus efeitos após interpelação judicial.

24. Assinalar a opção incorreta:

- a) o dono do prédio inferior é obrigado a receber as águas de qualquer natureza que correm do prédio superior;
- b) as construções e plantações existentes num terreno presumem-se feitas pelo seu proprietário e à sua custa;
- c) regulamentos administrativos podem estabelecer limites à construção que o proprietário pretenda erguer no seu imóvel;
- d) os proprietários de imóveis confinantes são obrigados a concorrer para as despesas de construção e conservação dos tapumes divisórios;
- e) o proprietário de um imóvel é obrigado a permitir que o vizinho use temporariamente seu terreno, mediante aviso prévio, quando o uso for indispensável para a reparação ou limpeza do terreno deste.

25. Assinalar a opção incorreta:

- a) é indevido o pagamento quando feito em cumprimento de obrigação natural;
- b) não se pode falar em pagamento indevido quando se deu alguma coisa visando à obtenção de fim ilícito;
- c) é cabível o pagamento por consignação quando o devedor oferece o objeto da prestação no tempo, modo e lugar convencionados e o credor se recusa a recebê-lo;
- d) é cabível o pagamento por consignação quando o devedor oferece o objeto da prestação no tempo, modo e lugar convencionados e o credor se recusa a passar regular quitação;
- e) é cabível o pagamento por consignação quando pender litígio sobre o objeto do pagamento.

26. Assinalar a opção correta:

- a) a venda de imóvel locado, quando não vencido o prazo previsto no instrumento locatício, só impede a retomada do bem pelo adquirente se o contrato contiver cláusula de prevalência contra terceiros, inscrita no registro de imóveis respectivo;
- b) a exceção do contrato não cumprido pode ser argüida em relação aos contratos unilaterais e bilaterais;
- c) a impossibilidade relativa da prestação sempre invalida o contrato;
- d) na venda de coisas conjuntas, o defeito de uma permite a rejeição de todas;
- e) é anulável o contrato de compra e venda, quando o preço for deixado ao arbítrio exclusivo de uma das partes.

27. Assinalar a opção incorreta:

- a) a sentença que julga extinta a punibilidade ou absolve o réu impede a propositura de ação visando à reparação do dano sofrido pela vítima;
- b) a sentença penal que reconhece o estado de necessidade como excludente de punibilidade faz coisa julgada no cível;

- c) a hipoteca legal, incidente sobre bens do delinqüente, permite ao ofendido ou a seus herdeiros buscar a satisfação do dano sofrido;
- d) a seguradora que firma contrato de seguro obrigatório de responsabilidade civil com um cidadão, não é solidária com este, na hipótese de implementação do risco;
- e) a lesão dos direitos autorais permite ao lesado postular reparação de danos morais e patrimoniais.

28. Almerinda faleceu no final de 1997. Solteira, não deixou descendentes, ascendentes ou convivente. Deixou irmãos, sobrinhos e filhos destes. Seu testamento abrangia apenas parte dos seus bens. Em relação aos bens não abrangidos pelo testamento, é **incorreto** afirmar que:

- a) se houver pré-falecido um dos sobrinhos, filho de irmão também pré-falecido, os filhos daquele sobrinho não o representarão nesta sucessão, se tal sobrinho tiver irmãos e se a falecida também não deixou irmãos;
- b) se todos os irmãos da falecida forem germanos e pré-falecidos, os sobrinhos herdarão por cabeça;
- c) se um dos irmãos de Almerinda for pré-falecido, seus filhos receberão o que caberia a seu pai;
- d) se todos os irmãos forem vivos e germanos, receberão por cabeça;
- e) se houver irmãos unilaterais e bilaterais, cada um destes receberá o dobro do que couber a cada um daqueles.

29. Assinalar a opção **correta**:

- a) o pedido de falência, com fundamento na impontualidade do comerciante, pelo não pagamento de duplicata aceita e não paga no vencimento, não prescinde de protesto do título;
- b) o pedido de falência, com fundamento no não pagamento, pelo comerciante, de obrigação líquida constante de sentença, título judicial, prescinde de protesto;
- c) o pagamento de dívida vencida e exigível, realizado pelo devedor comerciante, dentro do termo legal da falência, por qualquer forma diversa da prevista no contrato, é ineficaz entre as partes, dando ensejo à ação revocatória prevista no Decreto-lei 7661/45;
- d) contra a sentença que decreta a falência do devedor comerciante cabe agravo de instrumento, interposto exclusivamente pelo devedor;
- e) a sentença que não decretar a falência produz efeito de coisa julgada.

30. Assinalar a opção **correta**:

- a) é imprescindível o protesto do cheque para propor a execução do título contra seus endossantes e avalistas;
- b) o protesto do cheque deve ser feito antes de expirado o prazo de sua apresentação, fixado em 30 dias, quando emitido para pagamento em praça diversa;
- c) todo cheque é endossável;
- d) o protesto do cheque deve ser feito antes de expirado o prazo de sua apresentação, fixado em 60 dias, quando emitido para pagamento na mesma praça;
- e) é imprescindível o protesto do cheque para propor a execução do título contra o emitente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. É certo dizer:

- (I) somente tem capacidade para estar em juízo aquele que tem personalidade jurídica;
- (II) nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos, nos Juizados Especiais, não se exige a capacidade processual;
- (III) alguns entes despersonalizados têm capacidade processual;
- (IV) o PROCON, nas ações que versam sobre direito do consumidor, tem capacidade processual;
- (V) somente o advogado legalmente habilitado tem capacidade processual.

As proposições **corretas** são:

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

32. Quanto à atuação do Ministério Público no Processo Civil, é certo dizer:

- (I) o Ministério Público somente intervirá no processo, em que figure o incapaz como parte, quando não for nomeado curador especial;
- (II) enquanto não for julgada a especialização de hipoteca legal, o Promotor de Justiça deverá reger a pessoa do incapaz e administrar-lhe os bens;
- (III) na ação de anulação de casamento, quando não atuar como órgão agente, o Ministério Público exercerá as funções de curador ao vínculo;
- (IV) o Ministério Público não responde civilmente por atos praticados no exercício de sua função;
- (V) o Ministério Público pode requerer a nomeação de curador especial para os menores.

As proposições **corretas** são:

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

33. É certo dizer:

- (I) o Ministério Público não pode suscitar o conflito de competência;
- (II) o Ministério Público deverá ser ouvido em todos os conflitos de competência;
- (III) o Ministério Público somente será ouvido no conflito de competência quando atuar na causa correspondente, como parte ou fiscal da lei;
- (IV) o Ministério Público somente pode suscitar o conflito de competência quando for parte;
- (V) o conflito de competência será suscitado ao presidente do Tribunal.

As proposições **corretas** são:

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

34. Assinale a opção correta:

- a) as competências territorial e funcional podem ser modificadas pela conexão e continência;
- b) dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre quando há identidade de partes e de objeto;
- c) a prevenção, entre juízos de comarcas distintas, dar-se-á em favor do juízo que despachar primeiro a petição inicial;
- d) a conexão ocorrerá quando duas ou mais ações tiverem o mesmo objeto ou a mesma causa de pedir;
- e) declarada a incompetência absoluta, todos os atos são nulos.

35. É certo dizer:

- (I) o autor poderá aditar o pedido, independentemente da aquiescência do réu, somente até a citação;
- (II) o autor poderá aditar o pedido, até o saneamento do processo, desde que tenha a concordância o réu;
- (III) o autor poderá aditar o pedido, a qualquer tempo, desde que tenha a concordância do réu;
- (IV) o autor poderá aditar o pedido, a qualquer tempo, desde que tenha a aquiescência da parte contrária e a autorização do juiz;
- (V) o autor poderá aditar o pedido, a qualquer tempo, independentemente da aquiescência do réu.

As proposições **corretas** são:

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

36. É certo dizer:

- (I) recebida a exceção, o processo ficará suspenso, até que seja definitivamente julgada;
- (II) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não impede o prosseguimento da reconvenção;
- (III) no procedimento ordinário, a reconvenção e a exceção devem ser oferecidas simultaneamente, mas processadas em apenso aos autos principais;
- (IV) as exceções de coisa julgada e litispendência devem ser opostas por meio de peça autônoma;
- (V) a incompetência absoluta deve ser argüida mediante oposição de exceção.

As proposições **corretas** são

- a) as proposições I e II são verdadeiras;
- b) as proposições III e IV são verdadeiras;
- c) as proposições IV e V são verdadeiras;
- d) as proposições I e III são verdadeiras;
- e) as proposições II e V são verdadeiras.

37. Assinale a resposta errada:

- a) a sentença de mérito, mesmo publicada, pode ser alterada por meio de embargos de declaração;
- b) após a propositura da ação, surgindo fato extintivo do direito que influa no julgamento da lide, caberá ao juiz avaliá-lo, de ofício ou a requerimento, no momento de proferir sentença;
- c) nos casos de extinção de processo sem julgamento do mérito, a sentença poderá ser

concisa;

d) a sentença ultra petita é nula, devendo ser cassada pelo Tribunal a fim de que outra seja proferida;

e) a sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação em dinheiro valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.

38. É correto dizer:

(I) ao agravante cabe sempre a opção da interposição do agravo por instrumento ou na forma retida;

(II) o recurso adesivo não é admissível nos embargos infringentes;

(III) a apelação devolverá ao Tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, mesmo que a sentença não as tenha apreciado;

(IV) não se admite recurso especial e extraordinário quando se pretende a rediscussão de matéria fática;

(V) admite-se recurso especial e extraordinário quando manifestado contra entendimento já sumulado no S.T.F. ou no S.T.J., conforme o caso.

As proposições **corretas** são:

a) as proposições I e II são verdadeiras;

b) as proposições III e IV são verdadeiras;

c) as proposições IV e V são verdadeiras;

d) as proposições I e III são verdadeiras;

e) as proposições II e V são verdadeiras.

39. Assinale a resposta certa:

a) na ação monitória, o devedor é citado para pagar, provar que pagou, ou contestar, sob pena de penhora;

b) tem legitimidade para propor a ação de depósito aquele que é depositário da coisa;

c) somente após o encerramento da descrição dos bens poderá ser argüida a sonegação de bens contra o herdeiro que os oculte do espólio;

d) o órgão do Ministério Público somente requererá a interdição por loucura furiosa;

e) a ação de consignação em pagamento somente é possível quando se trata de obrigação em dinheiro.

40. Assinale a opção errada:

a) a ação popular é o meio adequado para pleitear a anulação de atos lesivos aos bens e aos direitos de valor estético;

b) a sentença que julga improcedente o pedido formulado em ação popular, reconhecendo a legalidade do ato e sua falta de lesividade, terá eficácia erga omnes;

c) o mandado de injunção deve ser impetrado conforme as normas processuais do mandado de segurança;

d) a sentença que concede o mandado de segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição;

e) não se admite litisconsórcio ativo no mandado de segurança, exceto quando se tratar de mandado de segurança coletivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

41. O município rege-se por lei orgânica cujas características são: (marque a opção **errada**)

- a) deve ser votada pela própria Câmara Municipal;
- b) quorum necessário de dois terços para essa votação;
- c) necessidade de dois turnos de votação;
- d) espaço de pelo menos dez dias entre uma votação e outra;
- e) sanção do Prefeito em prazo estipulado pela Câmara Municipal.

42. A inconstitucionalidade formal pode manifestar-se, **exceto**:

- a) pelo descumprimento de norma constitucional sobre o processo legislativo próprio e adequado à espécie adotada;
- b) pela desobediência a circunstância impeditiva da atuação;
- c) pela intempestividade da elaboração legislativa ou da adoção do comportamento indigitado inconstitucional;
- d) pela inobservância e descombinação na forma ou no processo de formação da lei com a norma constitucional que dela trate;
- e) pela desconformidade ou incompatibilidade do conteúdo da lei, ato normativo ou comportamento com o disposto em norma constitucional.

43. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **exceto**:

- a) garantir o desenvolvimento nacional;
- b) conquistar a independência nacional;
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

44. A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas de prioridades da administração pública e:

- a) inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- b) orienta a elaboração da lei orçamentária anual;
- c) dispõe sobre as alterações na legislação tributária;
- d) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- e) todas as alternativas estão corretas.

45. De conformidade com a legislação do nosso Estado **não é correto** afirmar:

- a) cada período de cinco anos de efetivo exercício dá ao servidor direito a adicional de dez por cento sobre seu vencimento e gratificação inerente ao exercício de cargo ou função, o qual a estes se incorpora para o efeito de aposentadoria, ao passo que, no magistério estadual, o adicional de quinquênio será, no mínimo, de dez por cento;
- b) o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade;
- c) ao funcionário público que no exercício de cargo de provimento em comissão, dele for afastado sem ser a pedido ou por penalidade, ou se aposentar, fica assegurado o direito de continuar percebendo a remuneração do cargo, desde que o seu exercício compreenda período igual ou superior a (dez) 10 anos, consecutivos ou não;
- d) a aposentadoria ocorre aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e aos vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;
- e) o servidor poderá ser beneficiado com o apostilamento parcial (título de vantagem

pecuniária), em razão do exercício, de determinado período, de cargo comissionado; para que tal vantagem seja incorporada ao seu patrimônio, mister que o mesmo tenha ocupado cargo de provimento em comissão, sem interrupção, por período igual ou superior a (cinco) 05 anos.

46. Assinale a resposta correta:

a) constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no artigo 1º da Lei 8.429/92, e notadamente:

I - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no artigo 1º da Lei Federal 8.429/92, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

II - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

III - receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que seja obrigado;

b) não constitui ato de improbidade administrativa e sim mera irregularidade a liberação de verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes;

c) a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento que podem ser propostas até (cinco) 5 anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

d) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Procurador-Geral do Estado, para imediata indisponibilidade dos bens do indiciado;

e) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, desconsiderando-se, inclusive, o limite do valor da herança.

47. Todas as afirmações são verdadeiras, exceto:

a) o pagamento do 13º salário ao agente político também se legitima através de ato administrativo editado no ano anterior, para produzir efeitos no ano subsequente, tendo em vista o princípio da anterioridade consoante o estabelecido no inciso V, do artigo 29 da Carta Política de 1988;

b) quem ordenar despesa pública sem a observância do prévio procedimento licitatório, quando este for exigível, poderá ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, sem prejuízo da multa pecuniária a que se referem os artigos 71, inciso VIII, da Lei Maior e 76, inciso XIII, da Constituição Mineira;

c) é nulo e de responsabilidade do gestor o ato que autoriza despesa pública realizada com publicidade que caracterize promoção pessoal de autoridades ou servidores;

d) a pessoa jurídica de direito privado pode ser sujeito passivo de atos de improbidade, nos termos da Lei 8.429, de 02/06/1992;

e) não poderá ser criado ou estendido benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total, sob pena de a despesa ser considerada irregular (ilegal) e responsabilizado o ordenador.

48. Assinale a afirmação incorreta:

- a) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- b) as decisões do Tribunal de Contas que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo;
- c) para os fins da Lei Federal de Licitações consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) de acordo com a Lei Federal 8.666/93, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

e) nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados ao Ministério Público ser-lhe-ão entregues em duodécimos até o último dia útil de cada mês, na forma da Lei Complementar a que se refere o artigo 159, sob pena de crime de responsabilidade.

49. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- a) à capitulação legal do fato;
- b) à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- c) à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- d) à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação;
- e) todas as alternativas estão corretas.

50. Extinguem o crédito tributário, exceto:

- a) a remissão;
- b) a compensação;
- c) a conversão de depósito em renda;
- d) a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- e) a decisão judicial passada em julgado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

51. Pedra de toque na avaliação dos interesses difusos, o direito de informação não pode ser sonegado ao Ministério Público, em seu ofício de atuar de forma a diminuir e fazer cessar as freqüentes situações de abuso. Direito que não passou despercebido da Lei n. 7.347/85. Assim, nos termos de seus arts. 6º e seguintes, marque a opção **incorreta:**

- a) o Ministério Público poderá requisitar, de qualquer organismo público, informações, certidões, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez (10) dias;
- b) o Ministério Público poderá requisitar, de qualquer organismo particular, informações, certidões, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez

(10) dias;

- c) a recusa, o retardamento ou a omissão de informações e dados técnicos, quando requisitados pelo Ministério Público, erige-se em novo tipo penal;
- d) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a sete (07) dias;
- e) para instruir a inicial da ação civil, também o particular poderá requerer às autoridades competentes as informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de quinze (15) dias.

52. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início:

- a) somente por representação do Ministério Público;
- b) por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado;
- c) mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público;
- d) mediante representação do Ministério Público, ou requisição da autoridade judiciária, ou auto de infração elaborado por membro do Conselho Tutelar;
- e) mediante representação do Ministério Público, ou requisição da autoridade judiciária, ou auto de infração elaborado por membro do Conselho Tutelar, ou a requerimento de qualquer pessoa do povo.

53. No tocante à adoção internacional, observar-se-ão as seguintes regras, **exceto**:

- a) o candidato deverá comprovar, mediante documento expedido pela autoridade competente do respectivo domicílio, estar devidamente habilitado à adoção, consoante as leis do seu país, bem como apresentar estudo psicossocial elaborado por agência especializada e credenciada no país de origem;
- b) antes de consumada a adoção não será permitida a saída do adotando do território nacional;
- c) os documentos em língua estrangeira serão juntados aos autos, devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e convenções internacionais, e acompanhados da respectiva tradução, por tradutor público juramentado;
- d) a colocação em família substituta estrangeira não radicada no País, por ser medida excepcional, é inadmissível nas modalidades de guarda ou de tutela;
- e) o estágio de convivência, cumprido no país de origem dos adotantes, será de no mínimo 15 (quinze) dias para crianças de até 2 (dois) anos de idade e de no mínimo 30 (trinta) dias quando se tratar de adotando acima de 2(dois) anos de idade.

54. Na apuração de votos das seções eleitorais em que não for utilizado o sistema eletrônico de votação, são verdadeiras as seguintes afirmativas, **exceto**:

- a) as impugnações fundadas em violação de urna somente poderão ser apresentadas até a sua abertura;
- b) se houver indício de violação da urna, o Presidente da Junta indicará pessoa idônea para servir como perito e examinar a urna com assistência do Ministério Público. Se apenas este concluir pela existência de violação, decidindo a Junta por unanimidade pela apuração da urna, caberá ao representante do Ministério Público recorrer para o Tribunal Regional;
- c) verificando a Junta Eleitoral, antes de abrir a urna, que a votação se encerrou antes das dezessete horas, a votação será anulada pela própria Junta que, em seguida, fará a apuração dos votos em separado e recorrerá de ofício para o Tribunal Regional;
- d) verificando a Junta Eleitoral, antes de abrir a urna, que a seção eleitoral foi localizada

em propriedade pertencente a autoridade policial, a Junta decidirá se a votação é válida, procedendo a apuração definitiva em caso afirmativo ou, em caso contrário, anulará a votação e, em seguida, fará a apuração dos votos em separado e recorrerá de ofício para o Tribunal Regional;

e) aberta a urna, a Junta Eleitoral verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes. A incoincidência entre estes não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada.

55. Quanto à propaganda eleitoral em geral, isto é, aquela feita em benefício pessoal de candidatos a cargos eletivos em eleições majoritárias e proporcionais, podemos afirmar que:

a) a propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e, havendo coligações, na propaganda para eleição majoritária, a coligação usará obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram e, para a eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação;

b) é permitida após 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, prazo final das convenções em que são os candidatos escolhidos pelos partidos;

c) a propaganda mediante cartazes só se permitirá, quando afixados em quadros ou painéis destinados exclusivamente a esse fim em locais indicados pelas Prefeituras para utilização de todos os partidos em igualdade de condições;

d) é permitida, até o dia da eleição, a divulgação paga na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, observado o espaço máximo, por edição, fixado em lei. A distribuição de volantes e outros impressos também é permitida no dia da eleição, desde que feita a cem metros do local da seção eleitoral;

e) a propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido na lei eleitoral, sendo vedada a divulgação de propaganda paga. As emissoras de rádio e televisão, detentoras de concessão, permissão ou autorização dada pelo Estado para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, não terão direito a compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto na lei.

56. Na conformidade da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, marque a opção **incorreta**:

a) as Promotorias e Procuradorias de Justiça são órgãos da administração do Ministério Público;

b) para exercer as atribuições do Colégio de Procuradores com número superior a quarenta Procuradores de Justiça, poderá ser constituído Órgão Especial;

c) o membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria;

d) compete ao Colégio de Procuradores eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;

e) além das atribuições previstas nas Constituições Estadual e Federal, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça ocupar a tribuna nas sessões do Superior Tribunal de Justiça para formular requerimentos, produzir sustentação oral ou responder às perguntas que lhe forem feitas pelos Ministros, nos casos de recursos interpostos ou de interesses específicos do Ministério Público local.

57. O Colégio de Procuradores, na conformidade da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, é capaz de exercer atribuição de execução?

a) não, porquanto os órgãos colegiados não são capazes de exercer funções de execução;

b) sim, ao rever, mediante requerimento de legítimo interessado, nos termos da Lei Orgânica, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informações

determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;

- c) sim, de forma concorrente, pode rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei;
- d) sim, ao propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas com o desempenho das funções institucionais;
- e) sim, já que pode determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão de comissões parlamentares de inquérito, nos casos de impedimento do Procurador-Geral de Justiça.

58. O Código de Proteção do Consumidor, ao regram os vícios redibitórios, estabeleceu, no art. 26, § 3º, que o prazo decadencial do direito de reclamar, tratando-se de vício oculto, inicia-se:

- a) em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis; em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis;
- b) em quinze dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis; em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis;
- c) no momento em que ficar evidenciado o defeito;
- d) a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços;
- e) em trinta dias a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

59. Os contratos de adesão surgiram como corolário do desenvolvimento do sistema de produção e distribuição em série dos bens, que caracteriza a economia moderna. Assim, admitidos pelo Código de Proteção do Consumidor, condicionam-se a certos pressupostos, **exceto:**

- a) cópia do formulário-padrão será remetida do Ministério Público que, mediante inquérito civil, poderá efetuar o controle preventivo das cláusulas gerais dos contratos de adesão;
- b) os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis;
- c) a inserção de cláusulas manuscritas ou datilografadas no formulário, amenizando ou mesmo modificando o conteúdo de determinadas cláusulas, não desfigura a natureza de adesão do contrato;
- d) a admissão de cláusulas resolutórias é possível, desde que alternativas, cabendo a escolha ao consumidor;
- e) as cláusulas que implicarem limitação do direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua fácil e imediata compreensão.

60. São medidas administrativas, que devem ser adotadas pela autoridade de trânsito ou seus agentes, na esfera de competências estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e dentro de sua circunscrição, **exceto:**

- a) o transbordo do excesso de carga;
- b) o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;
- c) a realização de exames de aptidão física, mental, psicológica, de legislação e de prática de primeiros socorros;
- d) a realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;
- e) o recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias de circulação.

GABARITO

01.B	02.D	03.D	04.X	05.C	06.D	07.C	08.B	09.D	10.A
11.D	12.C	13.D	14.B	15.E	16.A	17.C	18.A	19.D	20.C
21.A	22.A	23.A	24.A	25.A	26.A	27.A	28.X	29.A	30.A
31.B	32.E	33.E	34.D	35.A	36.A	37.D	38.B	39.C	40.E
41.E	42.E	43.B	44.E	45.E	46.A	47.A	48.E	49.E	50.D
51.D	52.B	53.E	54.B	55.A	56.E	57.B	58.C	59.A	60.C

X – Questão anulada.

Prova Escrita (2º Fase)

DIREITO PENAL

Obs.: É permitida a consulta ao Código Penal, desde que não comentado e sem a "Exposição de Motivos".

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)
"ITER CRIMINIS"

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O condutor de um caminhão, que transitava à noite sem a luz traseira de segurança, foi interceptado por patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal e obrigado a estacionar sobre a margem direita da BR 040, cujo trecho, apesar de possuir pista dupla nos dois sentidos, não dispunha de acostamento. Enquanto um dos patrulheiros multava o condutor do caminhão, o outro colocava uma lâmpada vermelha e o triângulo de prevenção para sinalizar o obstáculo (caminhão parado) na pista. O motorista foi informado de que seria escoltado pelos patrulheiros até o posto policial mais próximo, onde deveria permanecer até que o veículo fosse reparado. Antes que a caravana partisse, o patrulheiro que havia sinalizado a pista recolheu os instrumentos (luz vermelha e triângulo) e, nesse instante, um segundo caminhão, cujo condutor não avistou qualquer sinal de obstáculo à frente, chocou-se violentamente contra a traseira do que estava parado, ceifando a vida do referido condutor.

Indique, justificadamente, se existe e qual será a responsabilidade penal do motorista do caminhão estacionado, do patrulheiro que lhe aplicou a multa e a do patrulheiro que retirou a sinalização da pista.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

I - Defina a culpabilidade de acordo com os seguintes conceitos:

- a) conceito psicológico de culpabilidade;
- b) conceito psicológico-normativo de culpabilidade;
- c) conceito normativo puro (ou finalista) de culpabilidade;
- d) conceito complexo normativo-psicológico de culpabilidade.

II - Indique qual concepção foi recepcionada pelo legislador pátrio e conceitue os elementos que, sob essa perspectiva, compõem a culpabilidade.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Faça a distinção entre injusto e ilicitude.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Obs.: Não é permitida qualquer espécie de consulta.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

Diante da Organização Administrativa do Estado Brasileiro, disserte sobre a posição do Município na Federação, abordando aspectos de sua "Autonomia".

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O disposto no inciso XI, do artigo 37, da Constituição da República, abaixo transcrito, é aplicável às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias? Em qualquer caso, fundamente seu entendimento.

"Art. 37. [...].

XI- a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;"

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Enumere as hipóteses de extinção das concessões, a teor da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Relacione as categorias de entidades que integram a Administração Pública indireta, apontando as principais características de cada uma delas.

DIREITO CIVIL

Obs.: É permitido o acesso ao Código Civil sem anotações, comentários, notas remissivas ou exposição de motivos.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

"Embrião, feto, nascituro: proteção civil"

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Felipe e Felicidade, casados sob o regime da comunhão universal de bens, resolveram, em 1996, transferir a seus três filhos (Fábio, Fátima e Fenelon, este menor púbere), parte de seu patrimônio, mediante doação. Fábio recebeu um apartamento novo, cujo preço de aquisição foi de R\$ 120.000,00. Fátima recebeu uma casa, que já pertencia aos doadores e que, na data da doação, valia R\$ 130.000,00. E Fenelon recebeu um sítio, avaliado, na data da transferência, em R\$ 140.000,00. Neste último final de semana Felipe faleceu, vítima de acidente automobilístico. O patrimônio do casal, na data do óbito do marido, era de R\$ 450.000,00. Por testamento válido, Felipe deixou sua metade disponível para sua mulher. À vista destes fatos, pergunta-se:

- a) como se processaria a partilha dos bens deixados pelo falecido?**
b) qual o fundamento jurídico para a solução da questão?

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Alberto, 19 anos, motorista habilitado, dirigindo, certo dia, veículo de propriedade de seu pai, atropela e mata Castorino Vieira, pedreiro autônomo, pai de cinco filhos menores impúberes. Apurou-se que Alberto dirigia com excesso de velocidade, no momento do acidente, tendo, em conseqüência, invadido a pista de pedestres, pela qual transitava a vítima, pois não conseguiu obedecer ao sinal vermelho. Alberto fora contemplado recentemente, com uma doação pura e simples, feita por seu padrinho, de um lote no valor de R\$ 10.000,00. Alberto consulta um advogado, para saber se será responsável civilmente por algum tipo de pagamento à família da vítima, mas mostra-se excessivamente preocupado com o possível envolvimento de seu pai na composição dos prejuízos decorrentes deste acidente. À vista do exposto, pergunta-se:

a) qual seria a orientação para o consulente?

b) qual o fundamento jurídico para a resposta à indagação do consulente?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Frederico apossou-se de um imóvel urbano, há vinte e dois anos, e sobre ele exerce, desde então, posse mansa e pacífica. Visando à postulação da ação de usucapião, Frederico foi orientado a obter diversos documentos e, ao prepará-los, tomou conhecimento de que o proprietário do imóvel, Vicente, havia falecido há oito anos, deixando herdeiros menores. À vista do exposto, são indagações formuladas por Frederico:

a) o óbito de Vicente, com a conseqüente abertura de sua sucessão em favor dos herdeiros, invalidará o tempo de sua posse, visando ao usucapião?

b) ainda será possível a obtenção de sentença que declare a aquisição da propriedade, por usucapião? Em caso positivo, quando isto ocorrerá?

DIREITO CONSTITUCIONAL

Obs.: É permitida consulta à Constituição da República e Constituição Estadual, desde que não comentadas.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

"Aplicabilidade das Normas Constitucionais." (máximo: 50 linhas)

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Segundo José Afonso da Silva, a doutrina não raro confunde ou não distingue suficientemente o princípio da legalidade e o da reserva legal. (Curso de Direito Constitucional Positivo, 15ª ed., Malheiros Ed., p. 423)

Estabeleça diferenças entre os dois princípios e teça breve comentário a respeito da questão. (máximo: 20 linhas)

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Apesar de caber ao Tribunal de Contas a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, somente ao Poder Legislativo caberá o julgamento das mesmas.

Comente. (máximo: 20 linhas)

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

"A participação da administração pública no pacto contratual compromete a **res** pública, devendo, portanto, sua conduta pautar-se pelos imperativos constitucionais e legais, bem como pela mais absoluta e cristalina transparência".

Explique e justifique a aplicação do disposto no art. 37, **caput** da Constituição Federal ao processo licitatório. (máximo: 20 linhas)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Obs.: Permite-se a consulta ao Texto Constitucional Federal, ao Código de Processo Civil e a leis Específicas indicadas no "Programa", vedada a utilização de "exposições de motivos" e obras contendo anotações ou comentários.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: quatro pontos)

O Promotor de Justiça da Comarca de Novo Cruzeiro ajuizou ação civil pública contra o Prefeito Municipal de Itacolomi, objetivando a condenação deste ao ressarcimento do dano causado ao erário público municipal em decorrência de desvio, em proveito próprio, de verba pública destinada à aquisição de merenda escolar para alunos carentes. A r. sentença julgou procedente, integralmente, o pedido inicial, condenando o prefeito ao pagamento do valor correspondente à verba desviada, acrescido de juros e correção monetária.

Inconformado, o réu aviou recurso de apelação, efetuando o seu preparo, posteriormente à interposição, mas dentro do prazo recursal. Em suas razões recursais, arguiu, em preliminar, o seguinte. Primeiro, que a ação civil pública é instrumento processual impróprio à proteção do patrimônio público. Segundo, o Ministério Público não tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública, com o fito de resguardar o patrimônio público municipal. Terceiro, impossibilidade de ajuizamento da referida ação, tendo em vista que a Câmara Municipal aprovou as contas impugnadas. Quarto, cerceamento de defesa em face do Ministério Público não ter instaurado, previamente, o indispensável inquérito civil público para apuração dos fatos. Quinto, cerceamento de defesa, pois o Juiz da causa deferiu apenas a produção de prova pericial, não permitindo a realização de prova testemunhal. No tocante ao mérito, argumentou que a verba pública fora devidamente aplicada na aquisição das merendas escolares.

Os autos vieram com vista ao Ministério Público para apresentação de contra-razões. O candidato deve elaborar tal peça processual, cumprindo os requisitos que lhe são atinentes, e enfrentando todas as matérias levantadas.

obs.: **A peça de contra-razões não deverá, em qualquer hipótese, ser assinada, sob pena de anulação da prova.**

SEGUNDA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Quais são as características da jurisdição voluntária? Quando é necessária a intervenção do Ministério Público nos procedimentos de jurisdição voluntária? Fundamente.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Quais são os princípios relativos ao procedimento cautelar? Quais são os pressupostos para a concessão de medida cautelar? Explique-os.

QUARTA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

O que é ação autônoma de impugnação? Por que ela é considerada sucedâneo recursal? Fundamente e exemplifique.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Obs.: Permite-se a consulta ao Texto Constitucional Federal, ao Código de Processo Penal e a leis Específicas indicadas no "Programa", vedada a utilização de "exposições de motivos" e obras contendo anotações ou comentários.

DISSERTAÇÃO: (valor: quatro pontos)

Discorrer sobre o tema "**SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO**", observando a seguinte ordem:

- a) - conceito e natureza jurídica;
- b) - incidência legal: fato anterior, processo em curso e condenação com trânsito em julgado;
- c) - hipóteses de cabimento focalizando, também, a ação penal privada;
- d) - iniciativa da proposta: natureza e fundamentos;
- e) - características da aceitação e solução sobre possível divergência entre a vontade do acusado e de seu defensor;
- f) - fundamentos críticos sobre a suspensão condicional *ex officio* e a aplicação analógica do artigo 28 do Código de Processo Penal, diante da recusa do órgão incumbido de formular a proposta;
- g) - o ingresso do cidadão não declarado culpado no *período de prova* frente ao princípio da *presunção de inocência*;
- h) - efeitos da suspensão condicional do processo.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Reconhecido, fisicamente, por testemunhas, e denunciado pelo cometimento de crime hediondo, o réu cujo nome é ignorado no processo comparece ao ato judicial de interrogatório e deixa de responder a todas as perguntas que lhe são formuladas pelo Magistrado, ocultando, com base no *direito ao silêncio*, os seus dados pessoais, o local de sua residência e as circunstâncias que envolveram o delito.

Pergunta-se: O Juiz de Direito poderá decretar a prisão preventiva do réu? Justifique a sua resposta.

SEGUNDA QUESTÃO: (Valor: dois pontos)

Explique, objetivamente, a Teoria dos "*frutos da árvore envenenada*" e os seus efeitos sobre as *provas ilícitas por derivação*.

TERCEIRA QUESTÃO: (valor: dois pontos)

Pronunciado pela prática de homicídio qualificado, o réu foi levado ao Júri Popular, oportunidade em que a sua Defesa sustentou, alternativamente, as teses da *legítima defesa real* e a da desclassificação para *lesões corporais seguidas de morte*.

Pergunta-se: Na ordem de formulação dos quesitos, qual tese defensiva deverá ter precedência? Justifique a sua resposta.